

# O BLOCO DE HABITAÇÃO COLECTIVA NO BRASIL E EM PORTUGAL

## THE COLLECTIVE HOUSING BLOCK IN BRAZIL AND IN PORTUGAL

Tânia Beisl Ramos\*  
Madalena Cunha Matos\*\*

### RESUMO

O artigo consiste em identificar e estabelecer paralelos entre os paradigmas do bloco de habitação colectiva no Brasil e em Portugal. Foram considerados edifícios habitacionais paradigmáticos da arquitectura moderna brasileira e portuguesa, aqueles cujos projectos tiveram maior visibilidade na historiografia publicada sobre o tema. Recorreu-se aos autores que participaram ou contactaram de modo directo com os projectistas envolvidos no percurso de modernização da habitação colectiva nos dois países. O estudo analisa as principais características arquitectónicas e de inserção urbana desses paradigmas e procura identificar simetrias e assimetrias na produção dos dois países.

Palavras-chave: Habitação colectiva; Arquitectura moderna; Brasil; Portugal.

### ABSTRACT

This paper aims to identify and establish a parallel between the paradigms of collective housing block in Brazil and those in Portugal. For this analysis, housing blocks considered paradigmatic of modern Brazilian and Portuguese architectures were those that attracted larger visibility from the historiography published on the theme. The Modern Movement critics selected were those who participated in the projects or contacted directly architects involved in the modernizing trend of collective housing in both countries. The study analyses the main architectural and urban insertion characteristics of those paradigms and points out symmetries and asymmetries between the two countries.

Key words: Collective housing; Modern architecture, Brazil, Portugal.

---

\* Arquitecta, doutora pela Universidade Técnica de Lisboa, pós-doutoranda da Faculdade de Arquitectura da UTL.

\*\* Arquitecta, doutora pela Universidade Técnica de Lisboa, professora associada da Faculdade de Arquitectura da UTL.

O bloco de habitação colectiva encontra-se entre o pequeno número de criações essenciais do movimento moderno. Trata-se de uma criação porque nenhum antecedente, nenhum complexo edificado para habitação ao longo das décadas que acompanharam a Revolução Industrial faz algo mais do que ensaiar soluções parcelares, sobretudo de cariz sociológico ou construtivo. Quando o bloco moderno surge, nos anos de 1920 e 1930, e em 1952 tem a sua consagração na Unité d’Habitation de Marselha, pela mão do grande paladino do movimento, é um novo componente do tecido da cidade que se afirma, se multiplica e disputa a primazia a todas as outras formas de edificar habitação – com excepção apenas da moradia suburbana. Pela sua lógica urbanística, começa a corroer por dentro a consistência do tecido urbano herdado.

Sem integrarem o núcleo de países onde o “moderno” primeiro se manifestou, Brasil e Portugal<sup>1</sup> têm uma notável produção arquitectónica desde a década de 1920, vindo a ganhar reconhecimento internacional em momentos históricos diferentes, intervalados de três décadas. Os dois países partilham mais do que uma língua comum. Entre Portugal e Brasil, os caminhos seguidos pelas influências mútuas podem ser resumidos a duas vias: a que, desde o ano do descobrimento, 1500, levou a arquitectura erudita e popular portuguesa além Atlântico, prolongou-se até ao século XIX e teve incidência particular no período barroco; e a que, no sentido inverso, veiculou a influência brasileira sobre a arquitectura moderna portuguesa e se fez sentir no século XX a partir do final dos anos de 1930 e até aos anos de 1960. Assim, a uma raiz comum de teorias e práticas de edificação soma-se uma reciprocidade – a que, no século XX, fez Portugal olhar a antiga colónia como uma iniciadora de novos rumos.

Identificar os edifícios que ganham notoriedade e a sua mútua articulação histórica afigura-se um programa necessário no estudo dessas influências recíprocas, de que esta leitura constitui um primeiro passo.

---

<sup>1</sup> Para os efeitos deste estudo, considerado apenas na sua dimensão ibérica.

## SELECIONAR OS BLOCOS PARADIGMÁTICOS: BASES BIBLIOGRÁFICAS

Para os fins deste estudo, consideram-se edifícios paradigmáticos aqueles cujos projectos tivessem maior visibilidade na historiografia publicada sobre o tema e se enquadrassem na definição de bloco de habitação colectiva, o que por si já inclui a exigência do moderno.

Procedeu-se então a uma revisão bibliográfica paralela e a um levantamento das frequências de casos, procurando-se aqueles que colheram citação nas obras pioneiras da historiografia dos dois países.

## AS PUBLICAÇÕES

Num período de guerra em que a produção arquitectónica na Europa escasseia, o Brasil realiza um conjunto de obras modernas que viria a ser, em inícios dos anos 1940, divulgado no cenário internacional por meio de revistas periódicas especializadas.<sup>2</sup> Em Portugal, até ao final da década de 1940, verifica-se um controle do regime político sobre a linguagem da arquitectura produzida. Com Keil do Amaral na direcção da revista *Arquitectura* e após o Congresso Nacional de Arquitectos realizado em 1948, a arquitectura moderna começa a ser divulgada com periodicidade.

Serão porém as publicações não periódicas sobre a arquitectura moderna de ambos os países que maior impacto causarão, e que seleccionamos para este estudo. Os autores destas publicações são credenciados nas historiografias respectivas e constituem testemunhas em primeira mão que participaram ou contactaram com os projectistas envolvidos. Vejamos pois quem são, que livros redigem e que edifícios elegem.

No Brasil (Quadro 1), com a publicação bilíngüe de 1943, **Brazil builds – architecture old and new**, de Philip Goodwin, as primeiras obras modernas realizadas adquirem uma grande visibilidade, tanto fora como dentro do país.<sup>3</sup> O livro causa grande impacto no meio internacional incluindo Portugal, onde os elementos do vocabulário brasileiro e alguns dos seus arquitectos<sup>4</sup> tornam-se conhecidos (PEREIRA, 1996, p. 303). Entre eles está Henrique Mindlin, autor de

<sup>2</sup> Essa forma de divulgação de obras construídas ocorre inicialmente nos EUA, e só depois na Europa. Para citar somente os primeiros números das revistas mais significativas, refiram-se da **Architectural Record**, EUA, o v. 88/Dezembro 1940, e o v. 95/Março 1944 dedicado ao Brasil, assim como do **Architectural Forum**, EUA, o n. de Fevereiro 1943 ou ainda de **L'Architecture d'Aujourd'hui**, França, o n. 9/Dezembro 1946 e os números especiais sobre o Brasil em 1947, 1952, 1960 e 1964.

<sup>3</sup> Segawa (1998) refere, citando Mário de Andrade, que a publicação apresenta projectos desconhecidos na época pelos próprios brasileiros.

<sup>4</sup> Com destaque para Lúcio Costa, Affonso Reidy, os irmãos MMM Roberto, Rino Levi, Óscar Niemeyer e Henrique Mindlin.

uma segunda publicação que em 1956 complementa o levantamento de obras apresentado por Goodwin. O livro reforça o carácter inovador de dois exemplos nele referidos<sup>5</sup> que retratam um edifício de habitação colectiva e um conjunto habitacional e apresenta outros sete projectos concebidos até o ano anterior ao da sua publicação (três conjuntos urbanos e quatro edifícios habitacionais). Editado na altura em inglês, francês e alemão, mas não em português, **Modern architecture in Brazil** visa claramente a divulgação da arquitectura moderna brasileira no plano internacional.

Este período de afirmação da corrente moderna no país está associado a alguns factos relevantes do contexto político e social da época: nele, Le Corbusier visita o Brasil duas vezes, em 1929 e 1936, influenciando a produção arquitectónica da altura, Lúcio Costa emerge como principal teórico do movimento moderno publicando uma série de textos soltos<sup>6</sup> mas que estruturam o percurso a seguir em busca da modernidade nacional e, por fim, verifica-se uma aceitação da nova linguagem pelo governo brasileiro, que investe na promoção da arquitectura moderna como meio de modernização e até de propaganda política.

Quadro 1. Publicações não periódicas brasileiras e frequência das obras referenciadas.

Ano	Autor	[A]	[B]	[C]	[D]	[E]	[F]	[G]	[H]	[I]	[J]	[K]	[L]
1943	Goodwin	X	X										
1956	Mindlin	X		X	X	X	X		X			X	X
1981	Bruand			X		X		X	X	X	X	X	
1983	Xavier, Lemos e Corona	X			X		X						
1991	Xavier, Britto e Nobre		X	X		X		X	X	X	X		
1995	Costa			X		X							
1999	Bonduki		X			X				X			X
2001	Cavalcanti			X	X	X	X	X	X	X		X	
n. de citações		3	3	5	3	6	3	3	4	4	2	3	2

Legenda: [A] (1935) Edifício Esther; [B] (1942) Conjunto Habitacional Realengo; [C] (1940's) Conjunto Habitacional Parque Guinle; [D] (1944) Edifício Prudência; [E] (1946) Conjunto Habitacional Pedregulho; [F] (1946) Edifício Louveira; [G] (1950) Edifícios Guararapes, Bela Vista, Dalton, Parque São Joaquim e Barão de São Clemente; [H] (1952) Edifício António Ceppas; [I] (1952) Conjunto Habitacional Marquês de São Vicente – Gávea; [J] (1952) Edifício Finusia e D. Fátima; [K] (1954) Edifício Oscar Niemeyer; [L] (1954) Conjunto Habitacional Deodoro.

Passadas mais de duas décadas da segunda publicação, somente em 1981, pela mão do historiador francês Yves Bruand, é feito um levantamento sistematizado

<sup>5</sup> Todos estes exemplos e os seguintes estão identificados nos Quadros I e II.

<sup>6</sup> “O Aleijadinho e a arquitectura tradicional” (1929), “Razões para uma nova arquitectura” (1934), “Documentação necessária” (1937) e “Considerações sobre arte contemporânea” (1952).

da arquitectura moderna brasileira produzida até à altura. **Arquitectura contemporânea no Brasil**<sup>7</sup> apresenta uma pesquisa documental sobre a produção local, abrangendo vários programas funcionais. Assumido como uma referência, o livro preenche uma lacuna da historiografia nacional e destaca as obras realizadas nos princípios do movimento moderno: conjuntos habitacionais e edifícios isolados na malha urbana.

Ainda em princípios da década, a arquitectura moderna construída durante um período de 50 anos na cidade de São Paulo será alvo de um guia da autoria de Alberto Xavier, Carlos Lemos e Eduardo Corona. **Arquitectura moderna paulistana** (1983) refere três edifícios de habitação colectiva já citados em outras publicações. Em princípios da década seguinte, é a vez da arquitectura carioca ser catalogada cronologicamente em **Arquitectura moderna no Rio de Janeiro** (1991), do mesmo Alberto Xavier, de Alfredo Britto e de Luiza Nobre, privilegiando os conjuntos habitacionais de interesse colectivo. Em meados da década Lúcio Costa publica **Registro de uma vivência** (1995), uma colectânea de textos seus em que destaca dois projectos urbanos realizados com base na tipologia do edifício de habitação colectiva, sendo um deles da autoria do projectista Affonso Reidy.<sup>8</sup> No final da década de 1990, Nabil Bonduki publica **Origens da habitação social no Brasil** (1999), salientando diversas intervenções de conjuntos urbanos concebidos com base no conceito de unidade de vizinhança e realizadas por instituições públicas que utilizam a tipologia da habitação colectiva como elemento base do projecto.

Uma publicação recente assinada por Lauro Cavalcanti (2001) e elaborada como um **Guia da arquitectura brasileira 1928-1960 – Quando o Brasil era moderno**, foi idealizada como um levantamento geral dessa arquitectura moderna. O livro visa preencher uma lacuna no mercado editorial sobre o tema, referindo diversas obras já citadas em publicações anteriores, reforçando assim o reconhecimento do carácter inovador destas intervenções na época.

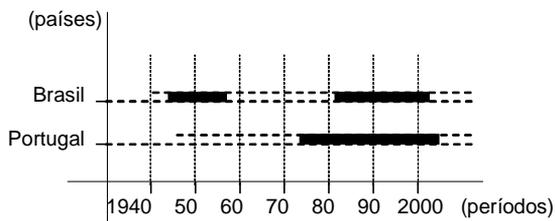


Gráfico 1. Períodos de divulgação das publicações não periódicas sobre o Brasil e Portugal.

<sup>7</sup> Tese de doutoramento do autor realizada em 1971, com tradução brasileira de 1981.

<sup>8</sup> Conjunto Habitacional de Prefeito Mendes de Moraes – mais conhecido como Pedregulho.

Logo, e abrangendo um período de 60 anos, as publicações sobre a arquitetura moderna brasileira concentram-se em dois períodos específicos. O primeiro (1943-1956) equivale a um momento de grande visibilidade no panorama internacional, altura em que as primeiras obras modernas realizadas inserem-se no momento ascendente do movimento moderno. Um segundo momento de divulgação só irá ocorrer em inícios da década de 1980, com publicações direccionadas para o mercado interno (1981-2001), porém cobrindo um período temporal de concepção e execução das obras, com princípio na década de 1930 até início da década de 1960. O intervalo existente entre estes dois momentos abrange o período de concepção e início da construção de Brasília (1957), que embora rico em publicações específicas sobre a nova capital, reflecte a situação política do país, marcado pelo golpe militar de 1964, após o qual muitas publicações e revistas especializadas interrompem a sua circulação.

Em Portugal, as primeiras publicações não periódicas que sistematizam e conferem visibilidade à produção arquitectónica interna datam do início da década de 70, apresentando uma continuidade até o momento presente (Quadro 2). Apesar de estas publicações listarem obras concebidas na actualidade, o período temporal em que estão inseridas aquelas seleccionadas situa-se entre 1945 e 1962.

Quadro 2. Publicações não periódicas portuguesas e frequência das obras referenciadas.

Ano	Autor	[A']	[B']	[C']	[D']	[E']	[F']	[G']	[H']	[I']	[J']	[K']	[L']
1974	França		X	X	X	X	X			X			
1978	Portas		X		X	X	X			X			
1986	Almeida e Fernandes		X		X	X	X		X	X			
1987	AA/VV		X			X	X	X			X	X	X
1988	Fernandez	X	X	X	X	X	X		X			X	
1989	Duarte		X	X			X	X				X	X
1996	Pereira		X		X	X	X						
2002	Fernandes e Cannatà	X		X	X				X				
n. de citações		2	7	4	6	6	7	2	3	3	1	3	2

Legenda: [A'] (1945) Bloco da Carvalhosa; [B'] (1949) Bairro das Estacas; [C'] (1950) Bloco da Costa Cabral; [D'] (1952) Bairro de Ramalde; [E'] (1953) Bloco das Águas Livres; [F'] (1954) Conjunto Urbano da Infante Santo; [G'] (1954) Unidade de Habitação Cruzamento Avenida EUA e Avenida Roma; [H'] (1956) Conjunto Habitacional da Pasteleira; [I'] (1956) Conjunto Habitacional Avenida EUA; [J'] (1958) Conjunto Habitacional da Avenida do Brasil; [K'] (1959) Torre Olivais Norte; [L'] (1962) Bloco Olivais Norte.

A primeira “grande narrativa” da história da arquitectura portuguesa moderna com impacto entre os arquitectos é veiculada por meio de uma publicação que revê a arquitectura moderna mundial à luz do organicismo. Trata-se da edição portuguesa da **História da arquitectura moderna** de Bruno Zevi, onde Nuno

Portas redige o último capítulo, “A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação” (1978). O autor refere diversas obras realizadas nas cidades de Lisboa e Porto que salientam o modo de implantação do edifício de habitação colectiva no tecido urbano, seja por meio dos conjuntos habitacionais, seja por meio da “unidade de habitação”. França (1974) nomeara a mesma listagem de obras apresentada por Portas, destacando em **A arte em Portugal no século XX, 1911-1961**, um edifício habitacional isolado de características modernas realizado na cidade do Porto. Já na década seguinte, em **História da arte em Portugal. A arquitectura moderna** (1986), Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes referem o mesmo conjunto de obras eleito por Portas, acrescentando porém uma referência a um conjunto urbano de interesse social no Porto, o Conjunto Habitacional da Pasteleira. Verifica-se que a maioria das obras citadas por estes autores está relacionada com a inserção do edifício de habitação colectiva em áreas de planeamento integrado. Esta ampliação da escala de intervenção no território será referida nos planos futuros de bairros concebidos em Lisboa.

No ano seguinte, a Associação dos Arquitectos Portugueses apresenta um trabalho sistemático de inventariação da produção arquitectónica e urbanística da capital, dando origem ao **Guia urbano e arquitectónico de Lisboa** (1987). A selecção é ampla, abrangendo algumas obras já citadas e referindo pela primeira vez intervenções realizadas há mais de duas décadas no bairro planeado dos Olivais Norte. No ano seguinte Sérgio Fernandez apresenta em **Percurso – arquitectura portuguesa** (1988) diversas obras realizadas nas principais cidades do país, a maioria delas citada em publicações anteriores. O autor refere pela primeira vez na historiografia o Bloco da Carvalhosa, edifício habitacional implantado em correnteza na cidade do Porto. Em 1988, **Tendências da arquitectura portuguesa**, texto da autoria de Carlos Duarte sobre a exposição com o mesmo título, refere mais uma vez um conjunto de obras anteriormente citado, reforçando o interesse pelos exemplos já referidos.

Na década seguinte (1996) é publicado **Escritos (1947-1996, selecção)** de Nuno Teotónio Pereira, cujos textos cotejam o seu percurso profissional à história da arquitectura portuguesa. Neste livro, para além da unidade habitacional de sua autoria, o arquitecto refere três conjuntos habitacionais formalizados com base no edifício de habitação colectiva, localizados em Lisboa e no Porto. E em 2002 surge o **Guia da arquitectura moderna do Porto 1925-2002**, de Fátima Fernandes e Michele Cannatà. O inventário cobre todas as obras já referidas em outras publicações e realizadas naquela cidade, alargando o leque a intervenções actuais.

Conclui-se então que no panorama internacional existe um período anterior de visibilidade da arquitectura brasileira relativamente à arquitectura portuguesa. Naquele caso, as primeiras obras realizadas coincidem com o período ascendente do movimento moderno, com o apoio do Estado na implementação do novo es-

tilo em programas funcionais diversos, e com a existência de um grupo de arquitectos organizados em torno do moderno. No segundo caso, já o movimento perdera a sua aura; apesar de o regime político se ter rendido à linguagem moderna havia já um quarto de século, não foi senão com a chamada “Revolução dos cravos” que as realizações do moderno português atingiram a plena divulgação internacional; para o que muito contribuiu a particular poética do seu mais destacado arquitecto, Álvaro Siza. Em ambos os casos, a internacionalização teve um forte impacto interno sobre o meio arquitectónico: no ganho de autoconfiança, no efeito multiplicador das encomendas e no acréscimo de liberdade projectual.

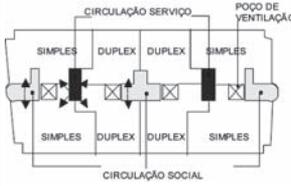
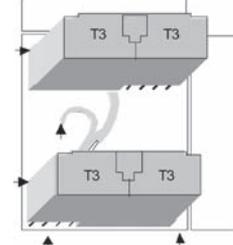
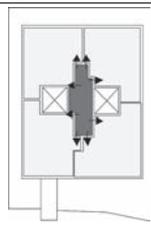
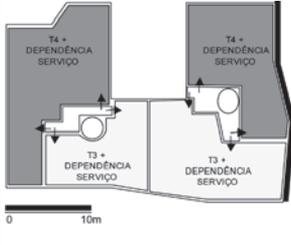
## OS BLOCOS PARADIGMÁTICOS: IDENTIDADE

Quais são então os blocos, individuais ou integrados em conjuntos, que mereceram destaque e se tornaram referências no desenvolvimento posterior da arquitectura dos dois países? No Brasil, podemos identificar o Pedregulho e o Parque Guinle, ambos da década de 1940; em Portugal, o conjunto da Infante Santo, dos anos de 1950, e o Bairro das Estacas, de 1949. Em todos estes casos, detectamos a presença dos pilotis, dos brise-soleil ou cobogós, do telhado plano, da modulação estrutural, do uso do concreto armado e de apartamentos em duplex. Entre eles, e ultrapassando o “uniforme adolescente” da arquitectura moderna, tem uma relevância extraordinária o conjunto do Pedregulho, que toca a imaginação dos arquitectos à escala mundial – já pelo inusitado e inovador uso da curva na arquitectura, já pela escala urbana e territorial do empreendimento.

No conjunto dos 24 blocos que o método acima descrito permitiu isolar (Quadros 3 e 4), verifica-se uma concentração exclusiva desses blocos nas cidades de Rio de Janeiro, São Paulo, Lisboa e Porto. Foi este facto que motivou em seguida a inclusão dos primeiros “guias” de arquitectura publicados sobre as quatro cidades no universo dos livros considerados, para se confirmar ou alargar o universo das obras seleccionadas.

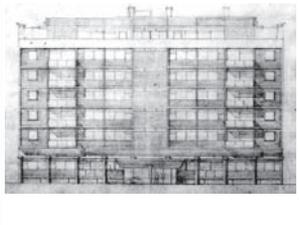
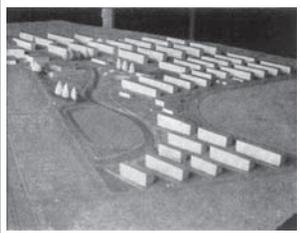
A localização dá-nos conta do seu estatuto relativo, respectivamente a de “cidade-capital” e a de “1ª cidade não-capital” do país respectivo – onde se concentram os investimentos para os grandes empreendimentos edilícios e se joga a imagem de modernidade como uma mais-valia. Verifica-se serem as duas segundas cidades politicamente aquelas que apostam nas propostas mais experimentais, enquanto os conjuntos urbanos de maior impacto se constroem nas cidades-capital.

Quadro 3. Figuras 1 a 12 – Identificação dos 12 blocos mais citados de habitação colectiva moderna no Brasil – ordenação cronológica.

		
<p>Figura 1: [A] (1935) Edifício Esther, Arq. Vital Brazil e Adhemar Marinho, São Paulo.</p>	<p>Figura 2. [B] (1942) Conjunto Habitacional Realengo, Arq. Carlos Ferreira, Rio de Janeiro.</p>	<p>Figura 3. [C] (1940's) Conjunto Habitacional do Parque Guinle, Arq. Lúcio Costa, Rio de Janeiro.</p>
		
<p>Figura 4. [D] (1944) Edifício Prudência, Arq. Rino Levi e Cequeira César, São Paulo.</p>	<p>Figura 5. [E] (1946) Ed. Principal do Conjunto Habitacional Pedregulho, Arq. Afonso Reidy, Rio de Janeiro.</p>	<p>Figura 6. [F] (1946) Edifício Louveira, Arq. Vilanova Artigas e Carlos Cascardi, São Paulo.</p>
		
<p>Figura 7. [G] (1950) Edifícios Guararapes, Bela Vista, Dalton, Parque São Joaquim e Barão de São Clemente, Arq. MMM Roberto, Rio de Janeiro.</p>	<p>Figura 8. [H] (1952) Edifício Antônio Ceppas, Arq. Jorge Machado Moreira, Rio de Janeiro.</p>	<p>Figura 9. [I] (1952) Conjunto Habitacional Marquês de São Vicente – Gávea, Arq. Afonso Reidy, Rio de Janeiro.</p>
		
<p>Figura 10. [J] (1952) Edifício Finússia e D. Fátima, Arq. MMM Roberto, Rio de Janeiro.</p>	<p>Figura 11. [K] (1954) Edifício Oscar Niemeyer, Arq. Oscar Niemeyer, Belo Horizonte.</p>	<p>Figura 12. [L] (1954) Conjunto Habitacional Deodoro, Arq. Flávio Rego, Rio de Janeiro.</p>

Fonte: Figura 2 [B], Bonduki (1999); Figura 5 [E], Ferraz (2000); Figura 9 [I], Jornal *O Globo* on-line (2002); Figura 11 [K], Castriota (2002); Figura 12 [L], Bonduki (1999).

Quadro 4. Figuras 13 a 24. Identificação dos 12 blocos mais citados de habitação colectiva moderna em Portugal – ordenação cronológica.

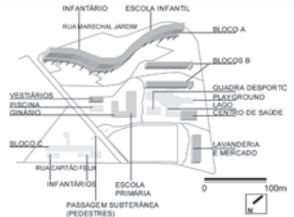
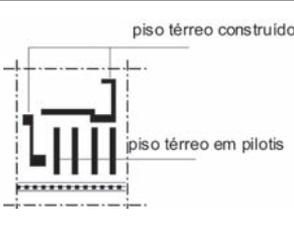
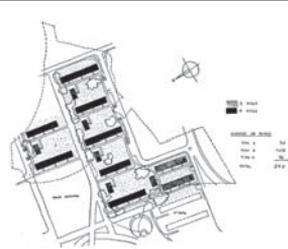
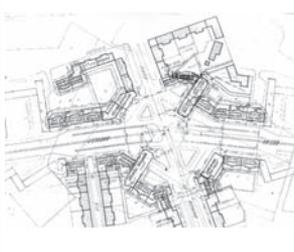
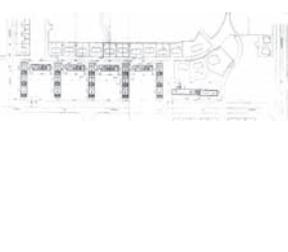
		
<p>Figura 13. [A'] (1945) Bloco da Carvalhosa, Arq. Cassiano Barbosa e Arménio Losa, Porto.</p>	<p>Figura 14. [B'] (1949) Bairro das Estacas, Arq. Formozinho Sanchez e Rui Athoughia, Lisboa.</p>	<p>Figura 15. [C'] (1950) Bloco da Costa Cabral, Arq. Viana de Lima, Porto.</p>
		
<p>Figura 16. [D'] (1952) Bairro de Ramalde, Arq. Fernando Távora, Porto.</p>	<p>Figura 17. [E'] (1953) Bloco das Águas Livres, Arq. Nuno T. Pereira e B. Costa Cabral, Lisboa.</p>	<p>Figura 18. [F'] (1954) Conjunto Urbano da Infante Santo, Arq. Alberto Pessoa, Hernani Gandra e Abel Manta, Lisboa.</p>
		
<p>Figura 19. [G'] (1954) Unidade de Habitação Cruz<sup>o</sup>. Av. EUA e Av. Roma, Arq. Filipe Figueiredo e Jorge Segurado, Lisboa.</p>	<p>Figura 20. [H'] (1956) Conjunto Habitacional da Pasteleira, Câmara Municipal do Porto, Porto.</p>	<p>Figura 21. [I'] (1956) Conjunto Habitacional da Av. EUA, Arq. Manuel Laginha, Vasconcelos Esteves e Pedro Cid, Lisboa.</p>
		
<p>Figura 22. [J'] (1958) Conjunto Habitacional da Av. Brasil, Arq. Jorge Segurado, Lisboa.</p>	<p>Figura 23. [K'] (1959) Torre Olivais Norte, Arq. Nuno T. Pereira, António Freitas e Nuno Portas, Lisboa.</p>	<p>Figura 24. [L'] (1962) Bloco Olivais Norte, Arq. Pires Martins e Palma de Melo, Lisboa.</p>

Fonte: Figura 15 [C'], Fundação Calouste Gulbenkian (1996); Figura 16 [D'], *Revista Arquitectura* n. 71; Figura 20 [H'], Ministério das Obras Públicas (1963).

## A PRESENÇA NA CIDADE

O bloco de habitação colectiva, objecto produzido pelo movimento moderno, constitui um novo elemento de morfologia da cidade, formalizando, por um lado, uma obra única, original, e definindo, por outro, um projecto-tipo passível de repetição.

Quadro 5. Figuras 25 a 33. Os conjuntos habitacionais

		
<p>Figura 25. [C] (1940's) Conjunto Habitacional do Parque Guinle, Arq. Lúcio Costa e MMM Roberto.</p>	<p>Figura 26. [E] (1946) Conjunto Habitacional Pedregulho, Arq. Affonso Reidy.</p>	<p>Figura 27. [H] (1952) Conjunto Habitacional Marquês de São Vicente – Gávea, Arq. Affonso Reidy.</p>
		
<p>Figura 28. [L] (1954) Conjunto Habitacional Deodoro, Arq. Flávio Rego.</p>	<p>Figura 29. [B'] (1949) Bairro das Estacas, Arq. Formozinho Sanchez e Rui Athoughia.</p>	<p>Figura 30. [D'] (1952) Bairro da Ramalde, Arq. Fernando Távora.</p>
		
<p>Figura 31. [G'] (1954) Unidade de Habitação Cruzamento da Av. EUA e Av. Roma, Arq. Filipe Figueiredo e Jorge Segurado</p>	<p>Figura 32. [H'] (1956) Conjunto Habitacional da Pasteleira, Câmara Municipal do Porto</p>	<p>Figura 33. [I'] (1956) Conjunto Habitacional da Av. EUA, Arq. Manuel Laginha, Vasconcelos Esteves e Pedro Cid</p>

Fonte: Figura 27 [H], Ferraz (2000); Figura 28 [L], Bonduki (1999); Figura 30 [D'], *Revista Architectura* n. 71 (1961); Figura 31 [G'], CML, Arquivo; Figura 32 [H'], *Revista Architectura* n. 69; Figura 33 [I'], CML, Arquivo.

As duas situações apresentam, no Brasil e em Portugal, diversas soluções ensaiadas ao longo do tempo segundo as diferentes escalas de intervenção no território – o bloco (progredindo do edifício colado às divisas do lote ao edifício isolado) e o conjunto habitacional (desde as frentes de rua aos conjuntos urbanos de grande dimensão e aqueles que integram ‘unidades de habitação’) (Quadro 5).

## OS PRIMEIROS ENSAIOS

Precocemente desenvolvidos no Brasil, tanto o Edifício Esther como o Conjunto Habitacional de Realengo caracterizam-se pela inserção da nova tipologia na malha urbana, embora de um modo incipiente. No caso do Esther [A] (1935) de Vital Brazil e Adhemar Marinho, havia uma incerteza de aceitação da nova linguagem no programa da habitação; por isso o projecto apresenta uso misto (habitacional, comercial e escritórios) com o piso térreo sobre pilotis fechado e destinado ao comércio. O edifício apresenta uma estrutura independente, que permitiu diversidade de organização em planta para os vários pisos. Esta solução reflectiu-se no tratamento das fachadas. A sua organização espacial interna distingue-se pela presença do saguão e pela existência de garagem subterrânea. Apresenta os quatro vértices do volume marcados por alhetas em ângulo recto; o edifício é caracterizado pela horizontalidade dos planos das fachadas. Esta marcação é interrompida nas fachadas laterais pela verticalidade das caixas de escadas circulares aí existentes. O Conjunto Habitacional Realengo [B] (1942) de Carlos Ferreira é constituído por 2.344 unidades habitacionais destinadas a população de baixos rendimentos. Apenas uma parte delas organiza-se em edifícios de habitação colectiva de quatro pavimentos, estando as demais distribuídas em habitações unifamiliares de um ou dois pisos. Os dois blocos habitacionais estão implantados paralela e isoladamente no terreno, configurando um espaço público marcado pela presença do comércio nos seus respectivos pisos térreos. A fachada principal caracteriza-se pelo jogo de volumes criado pelos balcões intercalados. A fachada posterior é marcada pela existência de galerias exteriores de acesso às habitações, permitindo explorar o sistema de ventilação cruzada no interior da habitação.

Em Portugal a modernidade será ensaiada na cidade do Porto, com o Bloco da Carvalhosa [A<sup>1</sup>] (1945), de Cassiano Barbosa e Arménio Losa, que introduz inovações no programa habitacional: o bloco está implantado com um recuo relativamente ao espaço público; foi previsto um espaço comum destinado às garagens no interior do lote. O seu partido arquitectónico segue, entretanto, o corrente na época – um edifício com a forma dita de “rabo de bacalhau”<sup>9</sup> inserido em quarteirão.

<sup>9</sup> Gíria dos arquitectos da época, significando resumidamente um edifício que em profundidade se afasta progressivamente dos limites do lote.

## O BLOCO ISOLADO

O edifício isolado na malha urbana do Porto ocorre com o Bloco da Costa Cabral [C'] (1950) de Viana de Lima, de seis pavimentos, afastado dos limites do terreno, e com cinco unidades habitacionais por piso. A sua organização espacial interna reflecte-se na fachada, simétrica, com cobertura em 'asa de borboleta'. O volume, apesar de assentar no chão, apresenta a expressão de um bloco sobre pilotis.

No Brasil, o Edifício Prudência [D] (1944), de Rino Levi e Cerqueira César, afasta-se dos limites laterais do lote, centralizado no terreno, apesar de a legislação da época permitir a sua contigüidade. O partido arquitectónico simétrico em 'U' organiza-se a partir das duas caixas de circulação vertical localizadas na intersecção dos volumes em planta, com nove pisos e quatro unidades habitacionais por piso. Causando grande impacto na altura, o projecto introduz o conceito de planta livre, i.e., apenas os espaços destinados ao sector de serviços, bem como as instalações sanitárias do sector privativo são predeterminados, permanecendo o restante da planta livre para a compartimentação segundo as necessidades dos seus habitantes.

Na seqüência deste projecto, novas formas de configuração são ensaiadas, tal como a definida pelos Edifícios Louveira [F] (1946) de Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi, que dispõem dois blocos isolados no lote ajardinado, contando com um pátio destinado ao estacionamento automóvel. O acesso aos blocos por este lado é feito por meio de uma rampa situada entre o jardim e o pátio. O projecto do edifício localiza o patamar dos elevadores entre os pisos, conferindo-lhe o acesso social e de serviço.

Esta integração entre os espaços exteriores ajardinados e os espaços interiores é encontrada no Edifício António Ceppas [H] (1952), de Jorge Moreira, onde os jardins de traçado curvo de Burle Marx fluem por entre a localização regular dos pilotis. A herança racionalista está presente na pureza geométrica do bloco de seis pisos e quatro apartamentos por piso, implantado no centro do terreno acidentado. O seu partido arquitectónico é influenciado pelos saguões existentes, permitindo a luminosidade natural no nível do piso térreo.

As experimentações prosseguem com o projecto de dois blocos com inovações relativamente à forma. No Edifício Finusia e D. Fátima [J] (1952), dos irmãos MMM Roberto, as fachadas são marcadas pelo movimento e definidas por paredes oblíquas. A solução dada pelos projectistas visa quebrar a monotonia geométrica existente na construção de dez pisos sobre pilotis, com um partido arquitectónico simétrico em 'U'. Entretanto, o bloco concebido por Oscar Niemeyer [K] (1954) e com o nome do arquitecto, apresenta formas curvas marcadas por três corpos implantados em terreno triangular. Os doze pisos e a cobertura em terraço integram habitações de dois tipos. A plasticidade do concreto armado explorada

pelo projectista em outros programas funcionais tornara-se, a partir do Conjunto da Pampulha (1940), numa característica projectual sua, bem como numa inovação da arquitectura moderna brasileira.

## OS CONJUNTOS URBANOS

A ideia de que pela repetição do objecto arquitectónico formam-se conjuntos urbanos com características homogéneas facilmente identificáveis no território é desenvolvida em intervenções brasileiras e portuguesas. Com a ampliação da escala de intervenção, a tipologia do bloco de habitação colectiva adquire uma maior visibilidade como símbolo de modernidade.

O Conjunto Habitacional do Parque Guinle [C] (1940's) constitui a primeira experiência de iniciativa privada de características racionalistas realizada no Brasil. Apesar de o projecto inicial prever seis blocos laminares independentes sobre pilotis, apenas três são projectados por Lúcio Costa: os Edifícios Nova Cintra, Bristol e Caledônia. Estes blocos são concebidos segundo os princípios modernos, com estrutura em concreto armado e o emprego da laje plana em balanço, garagem no subsolo e cobertura em terraço. Uma característica moderna presente apenas no Bristol e no Caledônia é a presença do piso térreo em pilotis no piso térreo com dupla altura. Os blocos de seis pisos integram unidades habitacionais simples e duplex na secção intermediária da edificação. Lúcio Costa desenvolve um sistema de protecção solar criado por meio de paredes vazadas – cobogós – e “brises-soleil” fixos, que permitem uma menor incidência solar, enquanto garantem a visibilidade para os jardins.

A grande estrutura constituída pelos Edifícios Guararapes, Bela Vista, Dalton, Parque São Joaquim e Barão de São Clemente [G] (1950), dos MMM Roberto, implantada numa cota elevada, completa o conjunto urbanístico do Parque Guinle. As fachadas dos vários edifícios adquirem unidade exterior pelo emprego dos mesmos materiais, bem como pela existência de floreiras e varandas ao longo do bloco arquitectónico único assente em pilotis, apesar da diferenciação das plantas dos pavimentos-tipo dos edifícios de 12 pisos.

Em Portugal, a primeira experiência de conjunto urbano integrando a tipologia do bloco de habitação colectiva sobre pilotis contraria o desenho urbano da área envolvente onde está inserido, o Bairro de Alvalade, em Lisboa. Rompendo com a unidade morfológica do ‘quarteirão’ e com as características da ‘arquitetura do regime’, o conjunto do Bairro das Estacas [B'] (1949), de Formozinho Sanchez e Rui Athoughia, constitui uma miniaturização do conceito de cidade-parque, sendo organizado como um conjunto único. Os blocos sobre pilotis (“estacas”) são implantados perpendicularmente ao eixo viário principal, os espaços livres entre os blocos são formados por espaços verdes ajardinados de uso colecti-

vo, enquanto os pilotis passam a permitir a circulação peatonal. Premiado na Bienal de Arquitectura de São Paulo em 1954 e Prémio Municipal do mesmo ano, o conjunto urbano é marcado pela influência da arquitectura moderna brasileira (ALMEIDA; FERNANDES, 1986), tal como o Conjunto Habitacional da Avenida Infante Santo [F'] (1954) dos projectistas Alberto Pessoa, Hernani Gandra e Abel Manta. Neste conjunto, o volume prismático é mais depurado que no caso anterior. O conjunto é constituído por cinco blocos de oito pisos assentados sobre pilotis com duplo pé-direito implantados racional e perpendicularmente à via. A noção de bloco é reforçada pela sua implantação sobre uma base sobrelevada em relação à via em declive. A percepção do conjunto faz-se em “contre-plongée”. Este embasamento é constituído por comércio com acesso directo ao nível da rua, sendo o desnível existente vencido por meio de escadas de concreto armado de grande extensão apoiadas em muros de suporte revestidos por painéis de azulejos decorativos. Cada bloco integra 24 unidades habitacionais duplex. O acesso social é feito por meio de três elevadores que servem duas habitações por piso, enquanto o acesso de serviço é garantido por uma galeria interior de acesso comum às unidades habitacionais do piso.

Localizados na cidade do Porto e concebidos segundo os conceitos da Carta de Atenas, os bairros de Ramalde [D'] (1952), de Fernando Távora, e da Pasteleira [H'] (1956), da Câmara Municipal do Porto, apresentam uma implantação marcadamente racionalista, tendo os espaços exteriores como elemento morfológico unificador do conjunto. Em ambos os casos, o elemento básico de composição urbanística é o bloco de habitação colectiva assente no solo e implantado em função das condições de insolação. Ambos os conjuntos foram organizados com base na integração de funções, o que não ocorreu no primeiro caso, onde os equipamentos não foram realizados e, de modo insuficiente no segundo, apesar de o conjunto urbano integrar equipamento escolar, desportivo e recreio, e de localizar, por vezes, o comércio no piso térreo de alguns edifícios.

## DEFINIÇÃO DE FRENTES DE RUA

Em Lisboa são realizadas duas experiências cujos blocos principais, implantados de modo perpendicular aos arruamentos principais, definem frentes de ruas. Estas ruas constituem eixos viários principais e delimitam as “células” do Bairro de Alvalade. Nestes conjuntos o espaço entre os blocos principais é, em ambos os casos, rematado por blocos de menores proporções, delimitando espaços livres de uso colectivo. O Conjunto Habitacional da Avenida dos EUA [I'] (1956) de Manuel Laginha, Vasconcelos Esteves e Pedro Cid, Prémio Municipal de Arquitectura, é constituído por blocos de dez pisos sobre pilotis. O conjunto introduziu uma nova escala na cidade, não tanto no número de pisos mas em termos de

volumetria marcada pelas suas proporções. Entre estes edifícios localizam-se outros blocos isolados de três a cinco pisos de altura, sem contigüidade, mas que conferem ritmo ao conjunto. O Conjunto Habitacional da Avenida do Brasil [J'] (1958), de Jorge Segurado, é constituído por oito blocos laminares de sete pisos sobre pilotis, entre os quais, e de modo contíguo, localizam-se outros volumes de um único piso destinado ao comércio local. No conjunto, as características racionalistas existentes, aliadas ao revestimento em azulejos amarelos, conferem uma unidade arquitectónica às edificações, marcadas pela simplicidade da forma em paralelepípedo.

## AS UNIDADES DE HABITAÇÃO

Sob a influência da Unidade de Habitação de Marselha, o Bloco das Águas Livres [E'] (1953), de Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral, é concebido como um bloco isolado autónomo, com comércio, garagem, sala de condomínio para reuniões no terraço, ateliers para artistas com cobertura em shed e lavandaria colectiva. Apresenta um programa funcional de formalização dos princípios modernos de cidade num só volume, enquanto procura fomentar o convívio entre os seus habitantes. O edifício está liberto do chão pela duplicação do pé-direito do piso térreo, embora não seja directamente acessível da rua (acesso em ponte). O bloco integra obras de vários artistas plásticos.

No Cruzamento das Avenidas dos EUA e Roma [G'] (1954) localiza-se um conjunto de quatro blocos habitacionais cuja subdivisão altimétrica ajuda a inserção nos alinhamentos dos edifícios adjacentes da envolvente, i.e., até ao sexto piso. Da autoria de Filipe Figueiredo e Jorge Segurado, estes blocos estão implantados de modo contíguo ao conjunto edificado envolvente. Os quatro blocos que integram o conjunto apresentam uma orientação semelhante, estando implantados no sentido norte/sul em quatro zonas opostas do cruzamento das duas avenidas, formalizando uma praça com características modernas. A influência corbusiana reflecte-se no programa original do edifício (não aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa), que situa os espaços de comércio e serviços sensivelmente a meio (sétimo piso), conferindo-lhe autonomia social. Apesar de o comércio ter sido localizado no piso térreo, a fachada acusa uma diferenciação naquele piso, por meio de volumes, materiais, cores e texturas distintas.

## UNIDADES DE HABITAÇÃO INSERIDAS EM UNIDADES DE VIZINHANÇA

Com o Conjunto Habitacional Pedregulho [E] (1946), de Affonso Reidy, pretende-se alterar o modo de habitar apoiando-se na complementaridade de

funções. O conjunto é constituído por três blocos habitacionais e equipamentos colectivos (lavandaria, escolas, instalações desportivas, centro de saúde e mercado). O bloco principal apresenta uma forma sinuosa com 260 metros de extensão e 272 unidades habitacionais sobre pilotis e situa-se na parte mais elevada do terreno. Os demais blocos apresentam a forma laminar com quatro pavimentos sobre pilotis. Têm 80 metros de extensão e 56 unidades habitacionais duplex de dois a quatro quartos. Reflectindo as influências corbusianas, manifestadas nas propostas habitacionais em “avenida suspensa” do final dos anos de 1920 para o Rio de Janeiro e Argel, o bloco sinuoso é composto por sete pisos elevados do solo por pilotis, constituindo um volume de grande extensão, que estrutura a paisagem da cidade. Aqui, o concreto armado sujeita-se plasticamente a uma forma que foge completamente aos padrões rectilíneos racionalistas. No terceiro piso, parcialmente livre devido ao uso de pilotis, situam-se a “rua suspensa”, creche e serviços sociais, bem como duas pontes de acesso peatonal ao edifício a partir da encosta aí existente. A partir daí, o acesso vertical é feito por meio de cinco escadas distantes de 50 em 50 metros. Este piso divide horizontalmente o edifício em duas partes. Solução semelhante é aplicada pelo mesmo projectista no Conjunto Habitacional Marquês de São Vicente – Gávea [I] (1952), que se apóia num grande bloco serpenteante, tirando partido da encosta existente. O acesso à edificação é feito através do piso central, concebido como uma rua peatonal suspensa. O bloco apresenta uma variedade de aberturas que confere movimento às fachadas e um esquema distributivo semelhante ao projecto de Pedregulho. Neste caso, as actividades colectivas (tratamento de roupas) situam-se no sétimo piso coberto. O Conjunto Habitacional Deodoro [L] (1954), de Flávio Rego, parcialmente construído em inícios da década de 1950, reflecte a influência de Pedregulho. No projecto original, a paisagem urbana é definida pela presença de dois grandes edifícios serpenteantes no centro do conjunto formado por blocos laminares implantados de modo racional.

## A EXPRESSÃO URBANA DO BLOCO DE HABITAÇÃO COLECTIVA

A presença do bloco na cidade é sentida no Bairro dos Olivais Norte, planeado entre 1955-58 em Lisboa, segundo os princípios da Carta de Atenas. Dois blocos aí localizados são citados nas publicações seleccionadas neste estudo. Constituem ambos projectos-tipo cuja repetição estrutura o tecido urbano, representando experiências tipológicas distintas do bloco de habitação colectiva. O partido arquitectónico adoptado na Torre [K<sup>2</sup>] (1959), de Nuno Teotónio Pereira, António Freitas e Nuno Portas, consiste em dois corpos independentes implantados segundo a melhor orientação solar e unidos por um núcleo central de acessos. A organização dos espaços da habitação caracteriza-se pela relação estabelecida

entre zona de estar e de serviço e independência da zona privativa. No piso de cobertura situam-se as áreas complementares da habitação (estendal de roupa e espaço de arrumação individual de cada habitação). A solução em torre, Prémio Valmor 1967, é repetida no plano do bairro, mas, devido à sua localização dispersa, não é perceptível como um conjunto. Já o Bloco dos Olivais Norte [L] (1962), de Pires Martins e Palma de Melo, constitui o projecto-tipo que estrutura o conjunto de quatro blocos localizados na área central do bairro, implantados paralelamente entre si, embora desencontrados relativamente ao eixo viário. O bloco assenta-se sobre pilotis (no piso intermédio constituído por uma galeria), cujo acesso pelas traseiras é feito por meio de escadas em espiral. A caixa de escada constitui um volume de referência, saliente na fachada e destinado ao acesso de serviço, existindo ainda o acesso social no volume do bloco. A fachada posterior é marcada pela presença de galerias longitudinais exteriores.

## PERSISTÊNCIAS

Além do carácter inovador das volumetrias, articulações espaciais, linguagens e materiais dos exemplos analisados, há aspectos surpreendentes que os irmanam através do Atlântico e, no aspecto sociológico e político, os afastam um tanto da estrita vanguarda do movimento moderno.

Em ambos os países verifica-se o percurso de evolução do bloco de habitação colectiva entre ‘pares’ de cidades: aquelas onde se desenvolvem as primeiras experiências (São Paulo e Porto) e aquelas onde efectivamente o moderno consolidou propostas de grande vulto (Rio de Janeiro e Lisboa, cidades capitais). Tanto no Brasil como em Portugal, os primeiros blocos de habitação multifamiliar apresentados como paradigmas da modernidade pouco se destinavam, como no centro da Europa dos anos de 1920 a 1950, ao operariado e aos desfavorecidos. Pelo contrário, naqueles países é à classe média e à classe média alta que a maioria destes blocos paradigmáticos se destina. Dos 24 casos identificados, apenas seis verdadeiramente acomodam habitação para classes de baixos rendimentos. Também a organização interna das unidades habitacionais exhibe uma especificidade, oriunda da antiga divisão social, incluindo-se sempre uma área para empregados residentes no interior ou na adjacência imediata dos apartamentos; mais desenvolvida no caso do Brasil, mais reduzida (“quarto da criada”) no caso de Portugal. Estas persistências são reais, embora raramente mencionadas e pouco assumidas por autores e arquitectos.

Questiona-se assim a introdução da modernidade na habitação colectiva: não será ela veiculada como um privilégio não intencional, porém real? Isso é sublinhado pelas áreas generosas das habitações, pelas suas amplas zonas de entrada e pelos espaços verdes tratados que lhes são anexos, sobretudo no Brasil.

Diferenciadas são as produções brasileiras e portuguesas quanto ao acolhimento desse novo e importante equipamento familiar, o automóvel. No Brasil, mercê porventura da aposta governamental na indústria automóvel, e da maior proximidade do modelo de vida americano, os blocos modernos incluem sempre área de estacionamento subterrâneo ou coberto, sinais do optimismo das condições de vida.

Persistências sociais de longa duração coabitam assim com arrojo plástico, espacial e construtivo. Verifica-se precocidade da linguagem moderna no Brasil, incentivada pela presença de Le Corbusier num período inicial da sua formulação. Observam-se, entre os dois países, assimetrias na oferta e uso de equipamentos, assim como um papel diferenciado atribuído à habitação colectiva, pela existência de governos desfasadamente empenhados em ganhar visibilidade e legitimidade social pelo moderno, viabilizando grandes obras de escala territorial.

## Referências

- AA/VV. **Guia urbano e arquitectónico de Lisboa**. Lisboa: Edição da Associação dos Arquitectos Portugueses, 1987.
- ALMEIDA, Pedro Vieira; FERNANDES, José Manuel. **História da arte em Portugal. A arquitectura moderna**. v. 14. Lisboa: Alfa, 1986.
- ARQUITECTURA n. 69, nov./ dez., 1961.
- ARQUITECTURA n. 71, julho, 1961.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, Fapesp, 1999.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1981. (Versão original L'architecture Contemporaine au Brésil, 1971).
- CASTRIOTA, L. (Org.). **Arquitetura da modernidade**. Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento MG. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CAVACANTI, Lauro. **Quando o Brasil era moderno. Guia da Arquitetura 1928-1960**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- COSTA, Lúcio. **Lúcio Costa. Registro de uma vivência**. 1. ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. (Edição consultada: 2. ed. 1997).
- DUARTE, Carlos. **Tendências da arquitectura portuguesa**. Lisboa: Trama, 1989.
- FERNANDES, Fátima; CANNATÀ, Michele. **Guia da arquitectura moderna – Porto, 1925-2002**. Porto: Edições Asa, 2002.
- FERNANDEZ, Sérgio. **Percurso – arquitectura portuguesa: 1930-1974**. Dissertação de Agregação ao Curso de Arquitectura da Escola de Belas Artes do Porto, 1985. (Faup, 1988).
- FERRAZ, M. C. (Coord.). **Affonso Eduardo Reidy. Arquitetos Brasileiros**. Instituto Lina P. M. Bardi. São Paulo: Editorial Blau, 2000.

FRANÇA, José Augusto. **A arte em Portugal no século XX, 1911-1961**. Lisboa: Bertrand Editora, 1974. (Edição consultada: 3. ed. de 1991).

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. **Viana de Lima**, Catálogo da Exposição, Lisboa: FCG, 1996.

GOODWIN, Philip. **Brazil builds – Architecture new and old 1652-1942**. New York: MoMa – Museum of Modern Art, 1943.

MINDLIN, Henrique. **Modern architecture in Brazil**. New York: Reinhold Publishing Corporation, 1956. (Edição consultada *Arquitetura moderna no Brasil*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999).

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS. **A habitação em Portugal – Le logement au Portugal/ Housing in Portugal**, publicação do Centro de Estudos de Urbanização e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco, 1963.

O GLOBO 'ON LINE'. Setembro de 2002, Rio de Janeiro, 2002.

PEREIRA, Nuno Teotónio. **Escritos (1947-1996, selecção)**. Porto: Faup Publicações, 1996.

PORTAS, Nuno. A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação. In: ZEVI, **História da Arquitectura Moderna**. v. II. Lisboa: Arcádia, 1978.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 1998.

XAVIER, Alberto; BRITTO, Alfredo; NOBRE, Ana Luiza. **Arquitetura moderna no Rio de Janeiro**. São Paulo: Pini, Fundação Vilanova Artigas; Rio de Janeiro: Rioarte, 1991.

XAVIER, Alberto; LEMOS, Carlos; CORONA, Eduardo. **Arquitetura moderna paulistana**. São Paulo: Pini, 1983.

Endereço para correspondência

TÂNIA BEISL RAMOS

Faculdade de Arquitectura – UTL

Rua Prof. Cid dos Santos Pólo Universitário – Alto da Ajuda

1349 – 055 Lisboa

e-mail: taniabeisramos@clix.pt

MADALENA CUNHA MATOS

Faculdade de Arquitectura – UTL

Rua Prof. Cid dos Santos Pólo Universitário – Alto da Ajuda

1349 – 055 Lisboa

e-mail: mcunhamatos@fa.utl.pt